

# ACERVO DIGITAL FUNDAJ

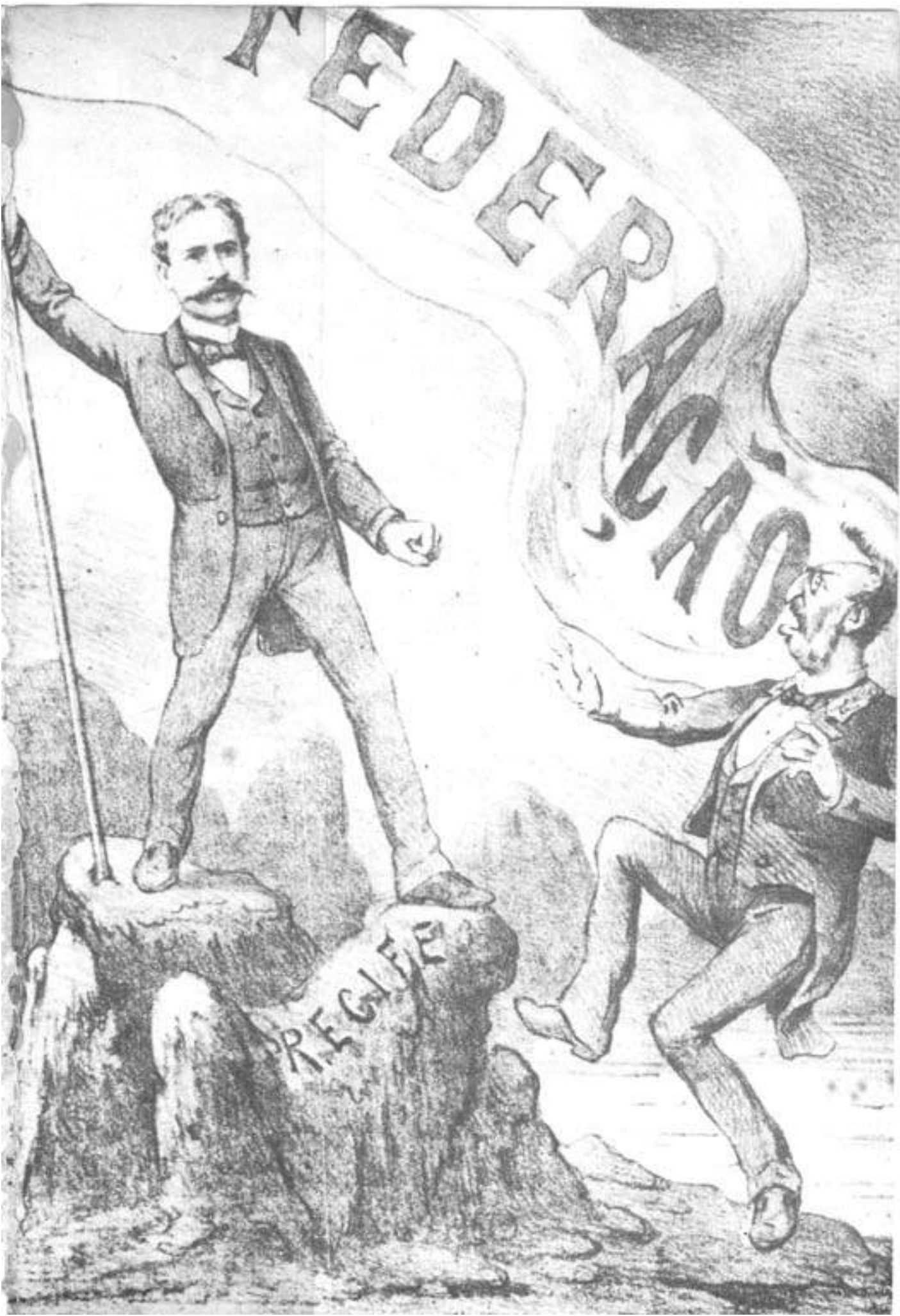
O povo e o

trono: profissão e

fé política

**Fundação Joaquim Nabuco**

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)



# 1889 • 1989

- 
- 1  
História das Usinas de Açúcar de Pernambuco,  
de Manuel Correia de Andrade.
  - 2  
Pernambuco 1824: A Confederação do Equador,  
de Glacyra Lazzari Leite.
  - 3  
Memória da República,  
de Tereza Cristina S. Dantas et al.
  - 4  
A Liberdade no Brasil,  
de Afonso D'Albuquerque Mello.
  - 5  
A Lavoura da Cana-de-Açúcar,  
de Henrique Augusto Millet.
  - 6  
Nabuco e a República,  
Organizado por Leonardo Dantas Silva
  - 7  
O Velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti",  
de Gilberto Freyre.
  - 8  
Movimentos Populares no Nordeste no Período Regencial,  
Organizado por Manuel Correia de Andrade.
  - 9  
Joaquim Nabuco - entre a Monarquia e a República  
de Fernando da Cruz Gouvêa.
  - 10  
A Política do Assassinato. Uma Página da História Pernambucana,  
de J. Gonçalves Maia.
  - 11  
A Idéia Republicana no Brasil, Prioridade de Pernambuco  
de José Domingues Codeceira.
  - 12  
À Margem da História da República,  
organizado por Vicente Licínio Cardoso.
  - 13  
O Ocaso do Império,  
de Oliveira Vianna.
  - 14  
Monarquia e Monarquistas,  
de Tito Franco.
  - 15  
A Imprensa e a República (fac-símile de jornais),  
Organizado por Leonardo Dantas Silva.

# SÉRIE REPÚBLICA



C 134/93

# Nabuco e a República



**SÉRIE**  
**REPÚBLICA**

SÉRIE REPÚBLICA, 6

Foi feito o depósito legal

Nabuco e a República / Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

XXVI-173 p.: (República / Fundação Joaquim Nabuco. v. 6)

Inclui bibliografia

ISBN 85-7019-200-2

1. LITERATURA BRASILEIRA. 2. NABUCO, JOAQUIM, 1849-1910. I. Fundação Joaquim Nabuco. II. Título. III. Série. IV. Silva, Leonardo Dantas.

CDU 869.0 (81) Nabuco. 07.

A.10  
486

**SÉRIE REPÚBLICA**  
**vol. 6**

# **Nabuco e a República**

Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de  
**Leonardo Dantas Silva**

Em co-edição com o Programa Nacio-  
nal do Centenário da República e Bi-  
centenário da Inconfidência Mineira -  
MCT/CNPq.

Recife  
Fundação Joaquim Nabuco  
Editora Massangana  
1990



ISBN 85-7019-200-2

© 1990 Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana

Reservados todos os direitos desta edição

Reprodução proibida mesmo parcialmente, sem autorização da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana  
Rua Dols Irmãos, 15 - Apipucos 52.071 - Recife - PE - Brasil

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

#### Conselho Editorial

*Fernando de Mello Freyre (Presidente)*  
*Alexandrina Sobreira de Moura*  
*Cecília Maria Westphalen*  
*Élide Rugai Bastos*  
*Fernando Antônio Gonçalves*  
*José Antônio Gonsalves de Mello*  
*José Arthur Rios*  
*Leonardo Dantas Silva*  
*Leonardo Guimarães Neto*  
*Potyguar Mattos*  
*Vamireh Chacon*

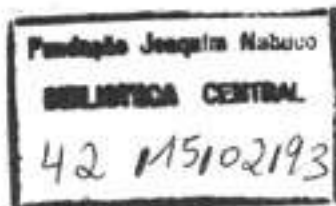
#### Direção Executiva da Editora Massangana

*Leonardo Dantas Silva – Diretor Geral*  
*Maria da Conceição Luna Rodrigues – Gerente Administrativo*  
*Sívio Bentzen Pessoa – Diretor de Editoração*  
*Evaldo Donato – Diretor de Comercialização*

Folha de guarda: *Com os pés fincados sobre o Recife, Joaquim Nabuco destralda a bandeira da Federação, o que vem desagradar ao Governo, representado na figura do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso. Charge da época publicada por Araken Távora, in Pedro II através da caricatura; Rio, Bloch Editores, 1975*

Capa: *Detalhe da gravura de Ângelo Agostini, publicada na Revista Ilustrada de 13 de junho de 1885, na qual aparece Joaquim Nabuco, deputado eleito pelo 5º Distrito, sendo conduzido pela "Briosa Província de Pernambuco" que "dá uma lição nos negreiros da Câmara".*

Revisão: *Rômulo Freire, José Romero Sobreira e Liliãna Salvi Dias.*



BN 00 1413080

## INTRODUÇÃO

Três ensaios, pouco conhecidos, estão a demonstrar a fase republicana de Joaquim Nabuco. O primeiro — *O Povo e o Trono* —, escrito na juventude logo após a queda do Gabinete de Zacarias, em 1868, está marcado pelo clima de rebeldia que tomava conta do jovem estudante de Direito da Faculdade de Largo São Francisco, em São Paulo, prestes a se transferir para a Faculdade de Direito do Recife onde abraçaria uma nova bandeira: O Abolicionismo.

Impresso em 1869, na Tipografia e Litografia Francesa, no Rio de Janeiro, *O Povo e o Trono — Profissão de Fé Política de Juvenal, Romano da Decadência* é praticamente desconhecido dos seus biógrafos, ganhando de Luís Viana Filho, o seguinte comentário:

Na corte, aonde viera convalescer da grave moléstia, os correligionários continuavam exaltados contra o acto do Imperador, que entregara o poder aos conservadores em minoria na Câmara. A cada passo eles se referiam ao "poder pessoal" do monarca. E solidário com o pai, influenciado pelas rodas em que vivia, Nabuco não demorou em se integrar nas hostilidades a D. Pedro II. Fruto dessa animosidade foi o folheto intitulado *O Povo e o Trono*, que publicou sob o pseudônimo de Juvenal.

Vazado em tom amargo, o opúsculo traduz a decepção do liberal: atirava-se contra o falseamento do sistema representativo, e investia contra o Imperador. E concluía num tom republicano: "Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América seja a nossa



voz uma harmonia, não uma dissonância." A alusão era tão nítida que se poderia perguntar se esquecera as lições de Bagehot. Ou seria simples assomo de mocidade? A verdade é que, apaixonado, rolando no mundo das suas idéias, ele chegara a um divisor de águas, e não sabia que lado tomar.<sup>1</sup>

O opúsculo de quarenta páginas, assinado com o pseudônimo "Juvenal, Romano da Decadência", é um verdadeiro libelo contra a Monarquia, "O Governo do Brasil, que alguns chamam — constitucional representativo —, não passa de um governo absoluto como o da China e o do Japão. A coroa de S. M. não tem menos autoridade que turbante dos chefes dos crentes".

E continua:

E tão habituado está este povo ao domínio patriarcal de um só, que chega a iludir-se até supor que se governa a si mesmo, e isso porque meteram-lhe no bolso umas folhas de papel impresso — com o título de — Constituição Política do Império do Brasil!!! Ora, essa Constituição não passa de um cartaz mentiroso e se algum dia quiserem ver o seu préstimo, o governo (parodiando uma expressão de Jules Favre) fará de seus artigos bucha para as espingardas mercenárias.

E mais adiante:

Como ainda se ousa a negar que o poder de lei seja o único — quando se o vê demitindo e nomeando livremente os ministros, que por sua vez nomeiam e demitem as câmaras, por que, de há muito, as Câmaras não são as depositárias de um poder extenso como a soberania do povo, — mas somente a chancelaria dos procônules... Verdadeiros Congressos paraguaios que vetam os orçamentos com largueza, porque é dinheiro alheio, e os votos de graças, porque custa-lhe muito dobrar os joelhos diante desta ou daquela realeza?!

Se o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comícios os despachos dos ministros... se ele não passa de um farsante que repete o papel que lhe ensinam... se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda a autoridade fica sendo o da majestade imperial.

Este primeiro opúsculo de Joaquim Nabuco, escrito no fervor das paixões, ganhou o seguinte comentário de Rubens Borba de Moraes.<sup>2</sup>

Expressa o autor a esperança de que um dia ainda vigoraria no Brasil o sistema representativo democrático. Segundo sua opinião não vigora a constituição representativa, mas sim um governo absoluto, porque o único poder que existe realmente no país é o trono e não havia nenhuma participação do povo no governo, a não ser para homologar os despachos dos ministros. A Constituição não passava de um mero disfarce de absolutismo. Prega a necessidade de pôr fim ao poder moderador e discorre sobre as reformas necessárias — eleições diretas, liberdade de culto, temporaneidade no Senado, abolição da Guarda Nacional, abolição da escravatura.

Embora não mencionado por Carolina Nabuco, in *A Vida de Joaquim*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1928, *O Povo e o Trono*, *Profissão de Fé Política de Juvenal*, *Romano da Decadência*, aparece citado no conjunto de obras de Joaquim Nabuco relacionadas por Sacramento Blake em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, 4<sup>o</sup> v., p. 98.

Transferindo-se para o Recife, sua terra natal, onde nascera em 19 de agosto de 1849, passa a freqüentar a Faculdade de Direito onde vem concluir o curso em 1870.

Logo na sua primeira noite em terras pernambucanas, quando esteve hospedado no Convento Franciscano de Santo Antonio, na Rua do Imperador, Joaquim Nabuco escreve no seu *Diário* as primeiras impressões de sua terra natal.

O Recife é uma cidade inesquecível, sobretudo para quem a viu ao luar, branca como um Campo-Santo, com suas pontes, suas torres, os mastros dos seus navios, aportados contra os outros e ancorados dentro da cidade na água dos rios que a cruzam. O Recife, como Veneza, é a cidade que sai da água e que nela se reflete, é uma cidade que sente a palpação do oceano no mais profundo dos seus recantos, desse oceano que se vem quebrar diante dela num lençol de espumas e se ajoelhará, ainda por séculos, perante a graça frágil dos coqueiros.<sup>3</sup>

No Recife uma nova realidade aparece aos olhos do jovem Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, e vem mudar o rumo de sua vida. As suas incursões pelo interior, o seu reencontro com o Engenho Massangana, em terras do Cabo de Santo Agostinho, onde passara os seus primeiros oito anos em companhia de sua bondosa madrinha, Ana Rosa, desperta o jovem acadêmico para sentimentos e fatos adormecidos na sua infância. Uma luta maior se agigantava naquele momento, uma nova bandeira surgia diante de si, uma idéia fixa o iria perseguir por toda a vida. Os seus sentimentos republicanos, latentes em *O Povo e o Trono*, cederiam espaço para uma guerra sem quartel em favor da emancipação da raça negra.

No seu reencontro com a paisagem do Engenho Massangana o jovem acadêmico, nos seus vinte anos, se vê despertado para o flagelo da escravidão, ao relembrar cenas do passado em sua infância — as lágrimas do negro fugido a pedir sua proteção —, os gritos de lamento da escravaria quando do falecimento de sua madrinha — ... “uma cena de naufrágio” —; parece sentir, naquele momento, a mesma dor e a consternação causada com a sua partida — ... “eu deixaria assim o meu paraíso perdido” — e assim compreendeu melhor a importância daquele conjunto sócio-cultural sobre a sua própria formação

Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me e, sendo preciso, para resgatar-me, a voz, o frêmito sagrado, viria sempre de lá.<sup>4</sup>

O ideário republicano do jovem foi tomado por uma força maior, a de liberdade uma raça que amargava os grilhões da escravatura. Emancipar homens, mulheres e crianças da raça negra, passou a ser a sua maior missão, idéia fixa que o acompanhou por toda a vida e o fez ingressar pela porta estreita da História.

É desta época o início do seu livro *A Escravidão*, que ele não chegou a concluir, cujos originais — hoje sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — foram escritos no Recife, em 1870, quando estudante do 5º ano da Faculdade de Direito, na Rua Barão da Vitória (hoje Rua Nova), onde residia na casa do médico homeopata Jesuíno Augusto de Santos Melo, em companhia do também estudante Sancho de Barros Pimentel, com quem dividia as despesas da hospedagem.

A edição definitiva de *A Escravidão*, até então esquecido pelos estudiosos da vida de Joaquim Nabuco, foi organizada, a partir dos seus originais, pelo autor destas linhas e publicada dentro da *Série Abolição*, pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, em 1988.

Outro fato que viera marcar a sua vida foi aquela tumultuada reunião do Clube Liberal do Recife, para a qual houvera chegado atrasado, e assim, assistia às divergências das duas alas. Foi quando os radicais, representando uma das facções em litígio, resolveram deixar o recinto. Antes que a debanda se consumasse eis que uma voz metálica e tonitroante põe em sobressalto o ambiente: *Quo Vadis* — Era Joaquim Nabuco que, transformando uma cadeira em tribuna, iniciava um dos seus mais emocionantes discursos, conclamando a União dos Liberais, então ameaçada pelo cisma que se configurava. O episódio ganhou comentários elogiosos da imprensa da época e, em especial, uma carta do Barão de Vila Bela chefe do Partido Liberal em Pernambuco, datada de 23 de outubro de 1870, dirigida ao Senador Nabuco de Araújo, onde comenta:

“Supunha-o moço de talento notável; mas não sabia que era dotado de dons oratórios tão eminentes. Dominou o auditório, que o aplaudia calorosamente e fez calar tais radicais”. — Sensibilizado o velho pai escreve para o “filho do coração”, já prevendo o seu futuro: ... “És meu orgulho; és o futuro de tua família e a esperança da Pátria”<sup>3</sup>

Tal triunfo, na imagem de Luís Viana Filho, daria a Nabuco as esporas de Cavaleiro consolidando o seu futuro como político e orador.

Após algumas viagens e incursões pela carreira diplomática, a política veio seduzir o jovem bacharel pois, através dela, poderia realizar o seu sonho de libertar da escravidão os seus irmãos da raça negra.

Pelas mãos do Barão de Vila Bela — Domingos de Souza Leão (1819-1879) — é eleito deputado à Câmara Geral em 1878, passando a representar a Província de Pernambuco onde pôde lançar as sementes do Abolicionismo. Ao encontro de suas idéias, que vieram tomar conta do país a partir de meados de 1880, recebeu a adesão de figuras como Sancho de Barros Pimentel, testemunha de suas lutas no tempo da Faculdade de Direito do Recife, então deputado por Sergipe; José Mariano Carneiro da Cunha, deputado por Pernambuco a quem Nabuco ficou a dever várias de suas eleições; Marcolino Moura, José Serra, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, os dois últimos redatores, respectivamente, da *Gazeta da Tarde* e da *Gazeta de Notícias*, jornais que passaram a ser grandes divulgadores da causa. Além desses, Nabuco veio receber a adesão de uma das maiores figuras do movimento em favor da emancipação da raça negra, o mulato André Rebouças, notável engenheiro, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que se aliou à causa em 9 de julho de 1880, se tornando assim no grande mecenas do movimento.

No campo das idéias é criada, na casa da Família de Nabuco, no Flamengo, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, em 28 de setembro de 1880, seguindo-se do jornal *O Abolicionista*, que veio a circular a partir de 19 de novembro de 1880, e do livro *O Abolicionismo*, que circulou em Londres, em agosto de 1883, sendo impresso pela Tipografia de Abraham Kingdon & Co, e que custara a Joaquim Nabuco a alta importância de dois contos de réis. — No dizer do historiador Evaldo Cabral de Mello, *O Abolicionismo* foi o melhor livro escrito sobre o Brasil no século XIX, tornando-se o mais importante para o entendimento da formação sócio-cultural do povo brasileiro até a publicação de *Casa Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933.

Como reformador social, Joaquim Nabuco notabiliza-se pelos seus pronunciamentos em favor das reformas que, segundo ele, complementariam a abolição da escravatura. Parte delas foram propostas quando da Campanha eleitoral



de 1884, cujos discursos foram reunidos, por ele, no livro *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições 1884*, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1885 que, em 1988, recebeu da Editora Massangana uma reedição fac-similar com estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa.

Naqueles pronunciamentos Joaquim Nabuco defende uma Lei Agrária, em 5 de novembro de 1884, falando na Praça de São José do Ribamar:

A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade como não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.

E mais adiante:

Sei que falando assim, serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei.

A importância do operário, do artífice, daquele que ganha o pão com o seu trabalho manual e do seu suor, não foi esquecida, por Joaquim Nabuco que, em discurso pronunciado no Campo das Princesas, na tarde de 29 de novembro de 1884, dirigido por ele à classe dos "Artistas Pernambucanos", vaticinara em tom profético:

Eu bem sei que vós não pesais pelo número, e não influis pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de organização; mas com na frase revolucionária de Sieyès, podeis desde já dizer: "O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo!..."

E, mais adiante, continua:

E por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chamam — a lavoira; nem os descontadores de safra a quem chamam — o comércio; nem os empregados públicos, que representam a enfermidade nacional por excelência; nem as profissões científicas, que formam uma aristocracia intelectual, grande demais para um povo tão deprimido como o nosso; escolheria sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque o trabalho manual, somente o trabalho manual, dá força, vida e dignidade a um povo.

Em 28 de novembro de 1884, as portas da Associação Comercial de Pernambuco foram fechadas para que Joaquim Nabuco não falasse no seu recinto sobre o movimento abolicionista. Não se dando por vencido, conclamou seus seguidores para o Largo do Corpo Santo onde, em recinto aberto, falou sobre a missão do comércio:

É estranho que os representantes do comércio nesta cidade suponham ainda que podem separar o comércio da política, que pode haver prosperidade comercial sem boas intenções sociais, e não se atrevam, eles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples demonstração de escravagismo, a acolher da mesma forma o movimento abolicionista! Terá sido tão demorada a evolução do comércio em Pernambuco, que no fim do século XIX, os negociantes do Recife não vejam que comércio e escravidão são termos incompatíveis? Será possível que eles ignorem que a escravidão quer dizer monopólio que a missão do comércio em toda parte é destruir monopólios?

No Teatro de Santa Isabel, em 12 de outubro de 1884, faz a sua profissão de fé em sua província natal, onde re-

sidem "as minhas origens, o meu berço, A MINHA PÁTRIA" (sic)

... com a identificação de alma e coração que me prende a Pernambuco tão intimamente como o filho com a mãe e de tal forma que, se por uma dessas terríveis fatalidades, que eu daria a última gota do meu sangue para evitar, esse magnífico território fosse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser Pernambucano como hoje penso em não ser Brasileiro.

Sim Senhores, sinto-me tão Pernambucano como quem melhor o seja. Ninguém acreditai-me, faz mais sinceros nem mais ardentes votos do que eu para que Pernambuco reconquiste no futuro algum reflexo pelo menos da hegemonia Nacional que, capitania ou província, exerceu no passado, do papel que representou neste Brasil em cuja alma insuflou o espírito da nacionalidade, o espírito de independência e o espírito de liberdade!

Após a vitória do abolicionismo, com a libertação dos escravos pela Lei de 13 de Maio de 1888, Joaquim Nabuco passou a defender uma Monarquia Federativa para o Brasil, com a divisão territorial do Império numa Federação de Províncias. Sentindo os ventos da campanha republicana, com suas forças acrescidas pelos senhores dos antigos escravos que se viram, pela Lei de 13 de Maio diminuídos em seu "patrimônio" sem que houvesse para isso, por parte do Império, qualquer indenização, resolveu defender ardentemente a Monarquia através de artigos de imprensa.

Em artigos publicados no jornal *O Paiz*, na secção "Campo Neutro", transcritos por Fernando da Cruz Gouvêa, in *Joaquim Nabuco Entre a Monarquia e a República*, Recife, Editora Massangana, 1990, entre setembro-dezembro de 1888, ele se mostra preocupado com o advento de uma república cujo perfil começava a se desenhar. Temia pela sorte territorial do Brasil, pensando poder repetir-se o que acontecera com América Espanhola, cujo território fora dividido em 18 pequenas repúblicas. Temia, em particular, pela sua província natal, Pernambuco, tão rebelde em seu pas-

sado, republicana desde os tempos da Guerra dos Mascates, e insubmissa a todos os grilhões. Assim em artigo publicado em 16 de dezembro de 1888, sob o título *A República em Pernambuco*, Joaquim Nabuco torna-se enfático:

... a província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana; ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava no poder dos espanhóis; conquistou a sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao império senão a centralização, que já a teria morto, como a suas irmãs do norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa no seu clima e na sua luz que impede a decadência, talvez a consciência da sua identidade histórica. Em política, a principal ciência é ver as coisas como elas são. Eu concordo que o espírito pernambucano é republicano, mas é também separatista. Se a república fosse proclamada amanhã, seria quase impossível continuar o Norte a ser governado do Sul.

Os propagandistas, que estão a esta hora agitando a província em nome de suas gloriosas tradições para que se declare contra a monarquia, estão de fato trabalhando pela separação. O Partido Republicano, que, pela sua direita, tem uma tendência escravagista, pela sua extrema esquerda é separatista.

E mais adiante:

Para fazerdes Pernambuco republicano em nome de suas tradições, para colherdes a serra da liberdade pernambucana em torno dos cadafalsos dos seus mártires, não vos iludais, precisais reconstituir esse passado tal qual foi, ressuscitar esses sonhos patrióticos exatamente como eram, e então ser-vos-á impossível soldar de novo ao pescoço do Leão do Norte a corrente que houverdes quebrado do governo sulista. Ser-vos-á impossível restaurar historicamente, como quereis, o Pernam-

buco dos holandeses, o de 1817, de 21 e de 24, para o fazerdes governar do Rio de Janeiro. Não tenhais dúvida a esse respeito. Essas tradições são maiores do que toda vossa eloquência, e quando depois de destruída a monarquia as quisésseis deixar de lado como armas inúteis ou perigosas, veríeis logo outros correrem a apossar-se delas, porque esse grandioso arsenal no nosso passado está aberto a todos os patriotas, e não o poderíeis fechar.

**E finalizando:**

Entre a república — que importa no desmembramento da pátria — e a monarquia — que também pela força das coisas que representam a união, eu não sei como os indivíduos se pronunciarão, sei que a nação, a coletividade, pronunciar-se-á instintivamente, selvaticamente, contra o suicídio. Nós não chegamos ao estado das repúblicas da América Central, que um dia se juntam em confederação, no outro se separam em Estados independentes, e vivem a juntar-se e separar-se. A luta entre a existência e a dissolução nacional é uma luta que investe por si só qualquer poder que represente a pátria da mais absoluta ditadura. Antes de tudo é preciso salvar o Brasil. Passá-lo ao estrangeiro como um todo nacional valeria mais do que deixá-lo desfazer-se em pequenos Estados. Isto quer dizer que mesmo entre um Lopez unionista e cinco ou dez Washington separatistas, a missão, a alma, o destino nacional estaria com o tirano sanguinário. A bandeira que existir encontra sempre um exército. Pensai em todas as calamidades da ditadura necessária, inevitável, que salva a pátria e cria a província, não vale mais do que esse governo ferrenho, militar e opressor, que vós estais tornando quase certo, desde que pondeis em perigo a existência mesma do Brasil como nação independente e una.

Eu acredito conhecer bem o entusiasmo pernambucano, mas o povo pernambucano, como



diz Curtius do povo ateniense, só foi grande porque achou sempre nos momentos do seu maior arrebatamento algum homem que falasse à sua razão calma e lhe mostrasse o seu verdadeiro caminho.

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, Joaquim Nabuco se viu desobrigado da política e procurou refúgio no seu próprio lar, entre livros e velhos papéis, procurando o caminho das letras cuja índole o perseguia há vários anos. Mais tarde, em *Minha Formação*, tentativa de autobiografia publicada em 1900, discorre ele sobre este período:

A queda do Império pusera fim à minha carreira . . . A causa monárquica devia ser o meu último contacto com a política . . . De 1889 a 1890 estou todo sob a impressão do 15 de Novembro seguindo-se ao 13 de Maio; escrevo então os meus solilóquios em uma Tebaida onde podia andar centenas de milhas sem deparar com o refúgio do outro praticante . . . Em 1891 minha maior impressão é a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: A religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente . . . De 1893 a 1895 soufro o abalo da *Revolta*, da morte de Saldanha, de que saem meus dois livros *Balmaceda* e a *Intervenção* . . . Desde 1893, porém, o assunto que deveria ser a grande devoção literária da minha vida, a *Vida* de meu pai, tinha-se já apossado de mim e devia seguidamente durante seis anos ocupar-me e até absorver-me . . .<sup>6</sup>

No dizer do seu biógrafo, Luís Viana Filho, ele havia se recolhido em Marquês de Olinda, optando por uma reclusão voluntária, entre seus livros, alfarrábios e pensamentos.

Em outras palavras: chegara a oportunidade para as letras reconquistarem o volúvel enamorado, que as abandonara por causa da abo-

lição. Como encher horas vazias, senão retomando o buril do artista? Assim, quando acreditava não servir "a ninguém para nada", irá compor algumas das suas páginas mais belas, e que imprimirão um traço de imortalidade à obra do escritor. Desse fecundo período, no qual a solidão tira do historiador e do artista tudo quanto pode dar, são *Um Estadista do Império* e a *Minha Formação*. Trabalhos de gêneros diferentes, dão medida do estilista que, despindo-se dos arroubos do tribuno, e das liberdades do poeta, alcança a simplicidade da forma a par da segurança da frase e da beleza das imagens. Realmente, nesses volumes da idade madura, o escritor atinge o apogeu, há uma luz nova, que torna o pôr do Sol tão belo quanto a alvorada.<sup>7</sup>

A missão do político havia findado, chegara o momento do observador, ensaísta e escritor, que, através da pena, deixara para a posteridade a história dos dias por ele vividos.

Vieram a publicação de *O Dever dos Monarquistas*, *Carta ao Almirante Jaceguay*, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1895 — em resposta à carta do mesmo almirante, publicada no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) em 15 de setembro do mesmo ano, sob o título *Dever do Momento* —, que transcrevemos nesta coletânea. Sobre esta publicação assim comenta Rubens Borba de Moraes.<sup>8</sup>

Em resposta a uma carta do almirante Jaceguay sobre o seu futuro da República, o autor declara que apenas vai repetir o que já se encontra em outros escritos seus. Diz que a república é a reprodução viciada e estéril do tipo nacional fixo e não o aperfeiçoamento daquele tipo como pretende o almirante. Mostra que a realeza diminuiu, o mais possível, o sentimento de superioridade da raça e que a sociedade brasileira era ultramonárquica. Respondendo a crítica às longas viagens feitas pelo Imperador, objeta que elas obedeceram sempre a fins políticos. Aponta os inúmeros benefícios que a monarquia pres-

tou ao Brasil, prova de que ela possuía raízes no país. Quanto à sociedade, é de opinião que ela é individualista, neocrata, propicia à anarquia. Havia necessidade de entendimento entre a monarquia e as forças armadas, o que infelizmente não se realizou. No final aponta os grandes problemas preliminares que a república precisa resolver; o problema federal, o militar e o financeiro.

A Revolta da Armada iniciada em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, coloca o país em clima de guerra civil. O levante, que visava a deposição do Marechal Floriano Peixoto, veio mexer com os brios monarquistas de parte da população brasileira, ao mesmo tempo que levava o clima de insegurança e perseguição a grande parte dos que haviam servido ao antigo regime. Os revoltosos, que isolaram a cidade do Rio de Janeiro ameaçando destruí-la com os canhões das belonaves, ancoradas na baía de Guanabara, vieram a receber a adesão do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, em 9 de dezembro do mesmo ano, então comandava a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. O movimento se prolonga até 13 de março de 1894 quando os rebeldes, refugiados a bordo dos navios portugueses *Mindeló* e *Afonso Albuquerque*, partem para Buenos Aires em busca de asilo.

No *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), Joaquim Nabuco escreve uma série de artigos sobre o episódio, depois reunidos em livro sob o título *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta. A intimação das potências. O Controle naval na baía do Rio. A ação do almirante Benham. O asilo a bordo das corvetas portuguesas*. Rio de Janeiro, 1896. 156 p., que fizemos incluir nesta coletânea. O livro, quando do seu lançamento, mereceu extenso comentário do *Jornal do Commercio*, transcrito por Sacramento Blake em sua obra já citada, deixando Rubens Borba de Moraes, sobre ele, consignadas as seguintes considerações:

Versa sobre a intervenção estrangeira durante a revolta da esquadra em 1893. Conta o autor, como o governo se dirigiu à esquadra estrangeira ancorada na baía do Rio de Janeiro, para impedir que a cidade fosse bom-

bardeada. Obtido o auxílio solicitado, chegou-se ao acordo de 5 de outubro mediante o qual o governo retirou os canhões das baterias estabelecidas no litoral e nas alturas da cidade. Dessa data até junho, período em que vigorou o acordo, funcionou na cidade uma espécie de controle naval estrangeiro. A situação da esquadra revoltada era muito precária, desde que não atacava a cidade, e também não tentava o bloqueio. O acordo de outubro foi violado pelo governo: a chegada do almirante norte-americano, Benham, ameaçando afundar as naus mercantes norte-americanas, precipitou o fim da revolta. Com a chegada da armada legalista comprada pelo governo na Europa e nos Estados Unidos, foi marcado um prazo para o início do bombardeio da esquadra revoltada. Seu chefe, não conseguindo a aceitação de uma proposta de capitulação apresentada ao governo, refugiou-se nos navios portugueses ancorados na baía. Em 13 de março de 1894 iniciou-se o bombardeio dos navios abandonados. Explica o autor a legitimidade da intervenção estrangeira perante o direito das gentes e o alcance de sua inovação e aceitação pelo nosso governo como um precedente nacional. No último capítulo faz um juízo crítico sobre a atitude de Floriano Peixoto na revolta da esquadra, e o valor dos serviços que prestou nessa ocasião.<sup>9</sup>

O jovem incendiário republicano cedeu lugar, passados pouco mais de vinte anos, ao maduro liberal que via na integridade territorial da Pátria o bem maior a ser preservado. Daí a sua intransigente defesa em favor de um sistema monárquico federalista que no seu modo de entender, impediria o seccionamento do Brasil em pequenas repúblicas.

Em artigo publicado em *O Paiz* (Rio de Janeiro), em 28 de novembro de 1888, ele mesmo esclarece:

Se alguém me perguntar se sou *monarquista* ou *republicano* em princípio, eu mesmo não

saberei responder. Eu admiro, acima de tudo, Atenas e o gênio livre do seu povo, reconhecendo entretanto, que a à irrepreensibilidade democrática da Ática fosse possível juntar um pouco de ponderação conservadora de Roma, a civilização ateniense talvez tivesse sido um fenômeno histórico mais duradouro e até mais inspirador do que foi e do que é. Mas republicano como sou, em Atenas, no século de Péricles, eu sou *monarquista* na Inglaterra de Vitória, e se fosse italiano, belga, alemão, português, espanhol, holandês, eu seria igualmente *monarquista*. *Republicano* onde a república é a tradição nacional, a forma social psicológica, como na Suíça ou nos Estados Unidos, e *monarquista* onde a monarquia não é um obstáculo à liberdade, mas, por assim dizer, a condição climática permanente e regular que a deixe crescer e frutificar, eu sinto-me flutuar de opinião nos países como a França onde a monarquia e a república parecem ter dividido para sempre a nação em campos inimigos, atuando também como um processo de decomposição permanente dentro da nacionalidade, sem que saiba como se fará a reconstrução nacional definitiva.

Isto quer dizer que, para mim que não abraço, nem defendo nenhuma idéia senão pela sua poesia, isto é, pelo que ela tem de humano — a poesia não é senão o fundo humano das coisas — a monarquia ou a república, não me fala à imaginação senão onde ela está identificada com a tradição nacional ou onde encarna a aspiração popular. Quanto à diferença de valor moral das formas de governo, nunca senti a superioridade da república sobre a monarquia. Basta ler a constituição inglesa por Bagehot — e foi esse um dos livros que mais influíram na formação do meu ideal para reconhecer que o presidente dos Estados Unidos tem infinitamente maior poder pessoal do que o rei da Inglaterra.

Para ser bom *monarquista* é preciso ter o ideal republicano, mas a confusão está em



supor que o ideal republicano se realiza sob a forma republicana da América do que sob a forma monárquica da Inglaterra.

Esta coletânea revela ao público interessado na obra de Joaquim Nabuco o seu opúsculo da juventude — *O Povo e o Trono* —, pela primeira vez reeditado, e dois outros trabalhos, escritos após proclamada a República, que bem denotam o equilíbrio sempre presente nas ações do liberal que hoje cultuamos.

Para realização desta tarefa contamos com o especial empenho dos que fazem a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, muito especialmente as sras. Esther Caldas Bertoletti e Maria José Fernandes, que não mediram esforços em conseguir os microfílmes necessários de textos aqui publicados, às quais expresse a minha particular gratidão. Agradecimentos, ainda, às companheiras Rosa Martins e Edilice Pessoa, pelo acompanhamento da normalização do conjunto e aos revisores Rômulo Freire e José Romero Sobreira, pela dedicação emprestada aos capítulos aqui reunidos.

Recife, Nossa Senhora do Rosário da Torre,  
novembro de 1990

LEONARDO DANTAS SILVA

*Notas de Referências:*

- 1 — Viana Filho, Luís. *A vida de Joaquim Nabuco*, Porto Lello & Irmão, 1985, p. 30.
- 2 — Moraes, Rubens Borba e William Berrien. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 461.
- 3 — Nabuco, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1928, p. 33.
- 4 — Nabuco, Joaquim. *Minha Formação*, São Paulo, Instituto do Progresso Editorial, 1949, p. 178.
- 5 — Nabuco, Carolina. *op. cit.*, p. 40.
- 6 — Nabuco, Joaquim. *op. cit.*, p. 255.
- 7 — Viana Filho, Luís, *op. cit.*, p. 208.
- 8 — Moraes, Rubens Borba e William Berrien. *op. cit.*, p. 460.
- 9 — Moraes Rubens Borba e William Berrien. *op. cit.*, p. 461.

**O POVO E O TRONO**  
**Profissão de Fé Política**

**DE**

**Juvenal**

*Romano da Decadência*

Rio de Janeiro, Typographia e Lithographia Franceza, 1869  
Rua do Hospício, nº 133

## O POVO E O TRONO

### Profissão de Fé Política

#### I

O século dezenove representa a reação contra o passado. Seus primeiros anos são os albores de um novo dia, de uma regeneração social profunda. Por toda a parte a águia levantada do ninho da revolução francesa expande as asas resplandecentes de vitórias e por toda a parte o verbo santo da liberdade moderna passa rugindo como um grito agoureiro, aos ouvidos dos povos.

Que importa que a Polônia desça ao túmulo, e que as ondas do Vístula ensurdeçam o seu cântico de morte, como outrora as águas do Eufrates os gemidos dos filhos do cativo?

Que importa que a Hungria queira soletrar nos rumores dessas florestas negras uma palavra de Kossuth, para depois esmagada cantar às bordas do Danúbio a legenda de seu martírio?

Que importa que a França esqueça os ecos da Marsehesa para, Abissínio selvagem, apedrejar o sol da República?

Que importa que Roma, a Roma dos Gracos, descanse à sombra dos pátibulos e tenha na boca a mordança da sotaína?

Que importam todos esses calvários quando a liberdade deve ressurgir ao terceiro dia com Cristo!

*Libertas quae sera tamen*, dizem os inconfidentes de Minas na noite do regime colonial.

Já então era tarde!

*Libertas quae sera tamen*, repetem hoje todos os corações ávidos da luz desse sol encoberto no Oriente, e que ainda há de brilhar como a lâmpada dos séculos.

Já o México partiu os grilhões dessa cadeia que o prendia aos degraus de um trono estrangeiro, e ergueu-se, não na mortalha em que tinha envolvido o despotismo, mas, nesse manto que Juarez talhou nas dobras da bandeira, errante e prófugo nas montanhas —, essas Termópilas da ressurreição da pátria!

Já a Espanha expulsou de seu seio uma dinastia — e completou a obra de Peláio —, escrevendo a segunda página do poema de Covadonga; isto é, marcando a hora de sua emancipação política, como o herói das Astúrias havia marcado o alvorecer de sua vida de povo!

A hora do despertar vai batendo no relógio dos mundos. A madrugada assoma com suas chamas trêmulas na margem oposta do horizonte: é o santo momento da esperança.

Há na história uma grande luta, dissemo-lo uma vez, em que a humanidade representa o imenso oceano. Há nele duas correntes opostas que se embatem e que espumam nas frestas dos rochedos. Que duas correntes são estas?! A fatalidade que ocorre para os pólos; a liberdade que desce para o equador. Aquela corre para os pólos porque lá não há senão os gelos, as trevas e a morte; esta desce para o equador por que aí há o calor, a luz e a vida. O reduto da primeira é o passado, a noite dos tempos; a atalaia da segunda é o futuro, a cornucópia de Israel. Pois bem; a fatalidade é o trono, a liberdade é o povo. Na história, até hoje, há uma luta permanente desses dois princípios. O trabalho do século, enquanto a realeza não se extingue, é harmonizá-la com o povo. Soltai uma contra outra essas duas correntes! Tereis o fenômeno das águas do Amazonas: a liberdade passará rugindo sobre a fatalidade o povo despedaçará a realeza! Combinai essas marés opostas: elas se unirão e rolarão mansamente suas águas pela vastidão das praias!



O difícil problema, pois, é combinar de tal modo os vários elementos que eles se harmonizem e não se destruam.

O trono sem o povo é uma árvore sem raízes, é um edifício sem fundamentos. O vento que soprar mais forte despregará a árvore da terra, e rolará o edifício nas areias.

Já se dizia na nossa Constituinte:

*"O trono não tem uma força própria; a de que goza reside toda na idéia que dele formam os POVOS"*.

E o povo, existe ele hoje?

Não: o que temos é uma corrente ligeira que todos desviam de seu alvo, e que lambe os pés de todos que dominam. O que temos é uma voz enfraquecida, que se perde no espaço da terra brasileira. Mas um dia essa voz, quase perdida, será um rugido de trovão e a tempestade abalará os dormentes da caverna. Um dia essa corrente humilde far-se-á rio caudal para arrebatrar as insígnias falsas, e arrastar no vórtice das espumas esse rochedo que parece afrontar os ventos da democracia.

Por isso desfalecer é um crime. A terra brasileira é a mãe de nobres idéias, e alenta o valor de seus filhos Antêos. O Partido Liberal está proscrito, mas não está morto. A proscricção é uma auréola de vida, não é um estigma de morte.

Na batalha a bandeira rota é a mais gloriosa, e o fumo que a cresta fala dela ao patriotismo.

Ai de nós se o ceticismo nos arrebatasse a esperança porque a alma magnânima do povo não sofreria as ânsias cruéis do cativo.

Esperemos.

Em vez do governo de hoje, em vez do regime pessoal, que as leis criaram, virá o puro governo representativo; em vez da vontade de um só substituída à palavra sincera dos comícios virá a voz da praça pública; em vez do imperialismo teremos a democracia.

Esperemos.

A regeneração social será completa. Há um pêndulo que marca as eras das crises nacionais, e o Brasil está em crise.

Como essas lavas que os vulcões derramam e que formam sobre o solo das cidades novas camadas assim sobre a face da atual geração nova argila será o cimento de tudo o que tem de suceder ao que completou sua missão de extermínio e de regresso.

Onde cresceu a hera, os espinhos, as plantas atrofiadas de um clima impuro, aí desabrochará esplêndida uma ve-

getação nutrida da seiva americana. Onde houve a seca, brotarão fontes; onde houve o areal, nascerá a verdura; onde houve os gelos, haverá fráguas; onde houve trevas, surgirá a luz do Equador!

E quando o caos — que deve preceder o *fiat* — envolver o mundo, semelhante a esse mar de trevas e de sangue que circundou o berço da democracia em fins de outro século, a vontade do povo boiará sobre a face dos abismos — como o espírito de Deus, na legenda hebraica, apareceu radiante sobre a face torva do mundo primitivo.

A democracia aí vem.

Moços,

Se formos seus apóstolos — acompanharemos com a fronte descoberta, bendizendo a Deus, o carro triunfal dessa Amazonas do porvir, dessa rainha dos séculos, dessa Vesta, cujo fogo a mocidade guardará sempre nas aras da Pátria!

Se formos seus mártires — então qual de nós não tirará uma consolação do passado, e não achará nos muros do cárcere um pedaço branco para escrever este testamento de Ratcliff:

*Quid mihi mors noscit? Virtus post fata virescit.*

*Nec sevi gladio perit illa tyanni?*

(A morte é inocente. A virtude reverdece na eternidade, e não pode perecer ao punhal do déspota cruel).

## II

O governo do Brasil, que alguns chamam constitucional representativo, não passa de um governo absoluto como o da China e o do Japão. A coroa de S. M. não tem menos autoridade que o turbante do chefe dos crentes.

E tão habituado está este povo ao domínio patriarcal de um só, que chega a iludir-se até supor que se governa a si mesmo, e isso porque meteram no bolso umas folhas de papel impresso — com o título de — Constituição Política do Império do Brasil!!!

Ora essa Constituição não passa de um cartaz mentiroso e se algum dia quizerem ver o seu préstimo, o governo (parodiando uma expressão de Jules Favre) fará de seus artigos bucha para as espingardas mercenárias!

Além de ser um cartaz mentiroso, entendida como o querem os conservadores, ela não passa de uma longa lista

das prerrogativas reais, e não é senão um escárnio à soberania do povo.

O governo que temos é o absoluto, porque o único poder real, que existe no país, é o trono.

Quereis ver um exemplo, antes da prova? O partido conservador parecia condenado a esperar no ostracismo o dia de sua vitória, por um tempo imenso; as conchas populares tinham banido esse partido hoje áulico.

De repente o partido conservador, proscrito pelo povo, é reintegrado pela coroa; galho seco da árvore nacional, ele reverdece ao calor do paço; e a púrpura do rei estende-se para cobrir-lhe a nudez e esconder suas vergonhas de 14 anos.

Pois bem: esse partido convoca o povo às urnas — e as urnas repelem-no? Não: o dia da sentença é amanhã, e hoje em todo o império sabe-se que ele obterá, como sentença, uma câmara unânime, esse de todos o melhor sinal da corrupção dos tempos.

Basta o Imperador nomear um ministério liberal para tornar-se o país liberal, basta nomear um conservador para o país tornar-se conservador.

Isto quer dizer que só há um poder estável. que o art. 12 é uma mentira, que as delegações todas são do trono, que o trono é a chave da abóbada, é a claridade que alumia todo o edifício, o sol que dá calor a todos os poderes, o centro e a circunferência de toda a autoridade pública, não o parasita que alimenta-se da seiva nacional, mas a seiva que nutre a parasita da oligarquia.

Como ainda se ouse negar que o poder do rei seja o único — quando se o vê demitindo e nomeando livremente os ministros, que por sua vez nomeiam e demitem as câmaras, por que de há muito, as câmaras não são as depositárias de um poder extenso como a soberania do povo — mas somente a chancelaria dos procónsules... verdadeiros congressos paraguaios que votam os orçamentos com largueza, porque é dinheiro alheio, e os votos de graça, porque custa-lhes muito pouco dobrar os joelhos diante desta ou daquela realza?!

Se o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comícios os despachos dos ministros... se ele não passa de um farsante que repete o papel que lhe ensinam... se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda a autoridade fica sendo o da majestade imperial.

Nesse isolamento — como a esfinge que levanta a cabeça de pedra à porta do deserto — coberto com seus armíngos e sua púrpura, o trono que mais é do que a negação da democracia?!

Parece que a vida quando fulge no seio da morte é inglória e triste; reduzir à solidão os impérios para dominar é o mesmo que escravizar os homens para insultá-los com a liberdade.

Ora na vastidão deste país... há somente uma cabeça que pensa, uma vontade que quer, um braço que executa... e ainda se diz que este governo não é pior do que o do Paraguai, quando aquele não tem para garantir da cólera nacional o seu ditador os braços abertos de uma cruz ou essa bandeira de misericórdia, que se chama a inviolabilidade da coroa!

Deixando por ora a teoria Constitucional, na qual acreditamos não estar sancionado o absolutismo, ainda que o esteja pela interpretação dos conservadores, qual é o aspecto que nos apresenta o segundo reinado?

Câmaras sempre eleitas pela vontade do governo; ignorância das massas; inconstância dos ministérios; leis reacionárias; agravação espantosa da dívida, déficit imenso e para coroar toda essa obra a mais desastrosa guerra que se tem empreendido na América do Sul, ou pelo menos, só comparável à guerra de 1824 no primeiro reinado.

Ora qual é a causa de todos esses erros, de todos esses desacertos irremediáveis?

É justamente o abandono em que se tem deixado a escola, a mocidade, o povo; abandono que é um cálculo por parte dos que não querem ver no povo senão uma quantidade negativa na equação dos poderes públicos.

É a falta de partidos reais, de interesses políticos bem definidos porque as bandeiras hasteadas até ontem não foram em nome de princípios, mas de indivíduos; não foram a frente do povo, mas de grupos ambiciosos.

É sobretudo a ação imperial, essa ação sem fiscalização nem limites, que substituiu-se ao equilíbrio dos poderes constitucionais, essa ação funesta que apresenta o poder inviolável e irresponsável da Magna Carta como o foco de uma irradiação imensa, o que reduz a ruínas toda a organização democrática do Estado, ruínas que não são majestosas e imponentes e que nenhum homem pode contemplar, na frase de Macaulay, sem experimentar emoções análogas às que excitam os restos do Partenon e do Coliseu.

Assim fica reconhecido que o trono é a síntese da administração pública; que em suas mãos se enfeixam todos os raios que partem para os outros poderes.

Ora isto o que é senão o governo absoluto, de bom grado, de mau grado o imperante?!

Sesmaria de aventureiro feliz — este império só difere do da Turquia em que lá o povo obedece porque crê, porque ama, e aqui o povo obedece por inércia, porque não tem coragem de romper essa tênue cadeia de malhas que o envolve, como ao leão da fábula.

Nada de hipocrisia. Ou o absolutismo franco ou a democracia. Nada de regime representativo como o atual porque isso é o consórcio da essência do absolutismo com as aparências da democracia; é a verdade e a mentira, é a sombra e a luz, é a tirania e a liberdade, essas antíteses eternas, que se repelem ainda mais na terra americana — onde tudo tem o tipo da unidade — que no mundo físico não é senão a conformação do que vive pelo molde da grandiosidade e da beleza; como no mundo moral, segundo Frederico Bastiat, não é mais do que o resultado da natural gravitação das inteligências livres para o centro de toda a atração: a verdade.

O domínio de um só é impossível hoje entre os povos livres. O governo pessoal pertence às criações híbridas do passado.

O trono somente pode viver com a aura popular, no retiro de uma impassibilidade serena, calma. Atirar essa púrpura no meio do combate é dizer aos que pelejam: rasgai-a, ela é a bandeira de um partido.

Lançar esse arminho no meio da liça — é gritar ao povo; — arrasta-o através da lama, porque ele não é clâmide imperial, é o manto da perfídia. Jogar essa coroa nas discórdias civis — é comprometê-la no futuro — é arrancar do berço da filha os florões da majestade. Acenar com o cetro às ambições dos fâmulos é dar aos homens livres o direito de quebrá-lo como um punhal traiçoeiro.

Por tudo isso — a Constituição fez do imperador apenas a representação de um princípio — *a eternidade do poder*.

Ele deve ser como o rochedo que mergulha os pés no oceano e a fronte nas nuvens: querer tê-la ao nível do mar é sentir muitas vezes as espumas, que o cobrem e as ondas, que o assoberbam...



O trono deve ceder ao impulso do povo — como o barco cede à cadência das ondas.

Ele não é um marco de pedra, voltado para o passado: não é uma estátua de sal.

Seu conselheiro, seu guia, está na opinião; a fonte de seu poder está na vontade nacional, que aclamou o seu berço.

Lutando e resistindo, querendo ser a alavanca, a força, o poder, ele irá precipitar-se e a realeza, uma vez na poeira — já o dissemos —, é como essa pedra que Sísifo nunca podia rolar até o cimo da montanha.

### III

A Constituição do Império ou é um plano de governo representativo adiantado ou um disfarce atroz de regime absoluto.

A nossa primeira lei carece de interpretação. A primeira e a mais importante de todas as dúvidas é a que versa sobre o art. 98.

Quer-se saber se pelos atos do poder moderador há responsabilidade ministerial efetiva.

Entendem muitos, quase todos, que se cingem à letra do artigo Constitucional e à teoria de Benjamin Constant, que esse poder *neutro, chave de toda a organização política, delegado privativamente ao Imperador*, não está sujeito a responsabilidade.

Queremos aceitar essa interpretação; ela é a do partido que domina, ela foi sustentada pelo Senhor Dom Pedro II: que mostrou-se zeloso na guarda de sua prerrogativa real, com a escolha do senador do Rio Grande do Norte.

Mas a Constituição assim entendida que é senão um disfarce calvo do absolutismo turco? O nosso regime não é só o despotismo de fato, é o despotismo organizado.

A primeira e portanto a mais radical separação dos dois partidos está no modo de entender a estrutura dos poderes públicos.

Dê-se-nos a responsabilidade do moderador ou acabe-se com ele: dizem os liberais.

Seja o poder moderador irresponsável, dizem os conservadores.

É a primeira face da luta.



Em nome da liberdade, em nome da verdade do regime representativo, em nome da soberania do povo — pedimos como primeira e urgente reforma, garantia necessária à conservação social — a *abolição do poder moderador!*

O poder moderador irresponsável é uma imoralidade, di-lo a consciência pública.

A impunidade do delinqüente, a irresponsabilidade do criminoso é um princípio que só se proclama entre povos corroídos pela lepra do servilismo.

Pois como?! Diz-se ao rei: És inviolável, és sagrado, és o Messias eleito — toma este punhal — mata; toma este archote, incendeia; destrói a sociedade, porque tua majestade, filha dos céus, não soçobrará nos dilúvios da terra!

A Constituição quis a responsabilidade dos ministros para os atos do executivo e rejeitou-a para os do moderador! Contradição mesmo de palacianos.

Pois quem nos responde pelos desacertos do trono, lugar onde de ordinário senta-se a medriocridade e a obstinação?!

O Imperador pode aniquilar o poder legislativo — dissolvendo as câmaras, recusando as leis! E não tem responsabilidade.

O Imperador pode exercer uma pressão extraordinária sobre o poder judiciário a ponto de eliminá-lo, suspendendo os magistrados, e perdando as penas. E é inviolável.

Pode destruir todos os poderes, tornar-se, como de facto o é, o supremo arbítrio do país, comprometer o futuro do povo — e diz-lhe a Constituição: não recues, semeia a destruição e a morte, porque tua pessoa é sagrada.

Sim — sofistas de libré, Diógenes que rola's nas caruagens do paço, tendes razão. Pregai o absolutismo; pregai o regime pessoal. Dizei ao vosso amo que ele não tem responsabilidade, que tem a imputabilidade da crença ou do louco. Gravaí em letras de brilhantes em fino ouro a dístico inepto do art. 99: "*A pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma*".

No fim de tudo isso tereis sancionado o absolutismo?! Não, tereis apenas proclamado aos quatro ventos o direito da revolução.

Sim, porque quando se disser ao povo: o rei é um traídor, mas ele é irresponsável; o rei está esbanjando os teus dinheiros, o teu suor, o teu sangue, mas ele é inviolável; o rei está comprometendo a dignidade de tua bandeira, a tua liberdade e tua honra, as esperanças de teu porvir, mas sua

pessoa é sagrada — o povo terá o direito de responder: eu não o elevel para meu algoz, não o sustentei com as larguezas de uma lista civil para ele amordaçar-me; não o defendi com o meu sangue para ele vender-me. Ele é o réu, eu sou o juiz. Seus crimes pesarão na balança da minha justiça e amanhã é o dia da vingança.

Proclamar a irresponsabilidade legal é proclamar a responsabilidade perante o povo. Era inviolável Carlos I, quando foi decapitado; inviolável Luiz XVI quando caiu na guilhotina; inviolável Maximiliano I no dia do seu fuzilamento!

Era sagrada a pessoa de Pedro I, quando o povo fez o Sete de Abril; tão sagrada como a da rainha Isabel, prófuga, longe do trono que banhou em sangue, que fincou em ossadas.

Queremos a responsabilidade ministerial para todos os atos do poder — porque só assim teremos a verdade da fórmula sobre que assenta o regime representativo: *o rei reina mas não governa*.

Reinar é assistir neutro às convulsões dos partidos, à ambição dos homens, à luta dos princípios; é esperar a voz do povo para falar; é sentir os ditames da opinião e respeitá-la, como a essência da aspiração pública; é não ter outra ambição senão a de manter ileso o princípio da soberania — sujeitando-se ao veredito, ao pensamento da assembléia do povo; reinar, em uma palavra, é deixar que os ministros governem, que as câmaras legislem, que os juizes julguem — são os direitos da majestade impassível, inocentes no mecanismo dos poderes públicos, que só tendem para o bem, que nunca podem chegar ao mal.

De outro lado os ministros governam.

Supremos magistrados da opinião, para eles a farda cívica não é a libré dos fâmulos. Galgam as posições por suas idéias, seu caráter, seus talentos e honram-nas com o brilho de suas virtudes. A medriocridade e a torpeza não chegam onde eles chegam — porque o regime representativo é a aristocracia da inteligência e da probidade.

Responsáveis legalmente perante as câmaras, moralmente perante o povo — eles contam seus dias por trabalhos e têm diante de si o Capitólio como a rocha Torpéia. Depo's quando pelo fluxo e refluxo dos partidos, eles descem desses postos até onde a opinião os levou, tem para julgá-los a consciência pública — ou indignada com seus crimes — ou eclipsada pelo esplendor de seus triunfos. Servi-

dores leais, eles completam sua missão de honra — se ficam sempre fiéis às mesmas idéias, devotados às mesmas crenças, eles têm por si o júbilo da pátria, porque, na frase de Jules Simon, defender uma doutrina com doçura e firmeza, desde a mocidade até a velhice, ficar-lhe inabalavelmente fiel, em despeito das transformações e das revoluções, apesar dos sarcasmos dos adversários e das calúnias dos amigos iludidos, é a maior e única felicidade que se pode esperar da vida pública.

Tal é a grande missão dos ministros constitucionais!

Assim o aforismo de Thiers realiza-se: o rei reina, os ministros governam, as câmaras legislam: e os poderes políticos giram independentes em suas esferas distintas.

A abolição portanto do poder moderador é uma necessidade.

Desconhecido nas constituições democráticas, ele foi uma quimera inventada por Benjamin Constant, e repudiada pelos legisladores experientes da Constituinte. Essa quimera tem provado mal.

Hoje que as forças da democracia se congregam para a regeneração do regime representativo — o primeiro dever dos que combatem por esse ideal é separar o joio do trigo, as fantasias impossíveis das necessidades urgentes, os idealismos funestos da Constituição do plano verdadeiro e fecundo, sobre que se deve erguer o edifício do futuro.

Nada de poder sem responsabilidade: isso é um princípio que revolta.

Dê-se ao homem uma espada — mas diga-se-lhe “Pagarás por teus crimes”; não se o arme de um punhal — para depois dizer-se-lhe: “Assassina, que o sangue da tua vítima — o povo — não clamará por vingança, porque tu és sagrado e o povo curva os joelhos à divindade, porque tu és inviolável em tua púrpura e o povo murmurará, caindo, o *Ave Cæsar* dos escravos!”

Ainda que entendamos que na Constituição não está excluída a responsabilidade ministerial pelo art. 98, todavia para que não haja dúvidas queremos a convocação de uma constituinte que corte o nó górdio dessa questão em que se batem gregos e troianos.

Entendido como os conservadores entendem, o edifício social está levantado sobre uma aparência de povo, como base, tendo por cúpula a realeza, que como o sol dá a vida e o calor de que o povo se nutre, e que estende os panos de seu manto para envolver a nudez dos outros poderes.

O Partido Liberal entende que no art. 12 estão os seus símbolos de fé:

*Todos os poderes no Brasil são delegações da Nação!*

O Partido Conservador entende que o rei deve reinar e governar, e ser irresponsável praticando o mal.

O Partido Liberal entende que o rei só pode ser inviolável na hipótese de sua inatividade política.

O poder moderador deve ser abolido porque ou ele tem responsabilidade ministerial ou não tem. De um modo, ele não é senão um suplemento do poder executivo, do qual não difere; de outro ele é um poder anárquico, serve só para semear revoluções, é pólvora que se atira debaixo do troço para fazê-lo saltar ao mínimo calor da indignação pública.

Essa lei vândala, como diria Chateaubriand, deve ser rasgada em frente de uma *Constituinte*, queimada em auto da fé pela mão do carrasco, porque não é pequeno o desdouro que ela tem projetado sobre a nossa dignidade de povo livre.

O Partido Conservador, ordeiro porque no poder viola a ordem pela oligarquia e fora do poder pela anarquia, é como esses sofistas, de que fala Emilio Olivier, que quando estão de cima negam a liberdade porque é doutrina deles, e quando estão esperando o governo pedem-na porque é doutrina dos adversários.

Para eles, a Constituição é o manto esfarrapado com que encobrem todos os arbítrios, todas as vergonhas. Como a bandeira que nos navios do tráfico cobre a carga dos escravos, a Constituição, aberta em nome do povo, é a bandeira negra que cobre o sacrifício da democracia.

Reformas! Reformas! Eis o que pede o povo. Só assim reformada radicalmente a Constituição será a arca do porvir, o santuário das esperanças nacionais, o vaso sagrado em que se perpetuará o fogo puro da liberdade.

Na porta do edifício de hoje há a palavra do Dante.

*Lasciate ogni speranza!*

Rasgue-se este dístico infame, e hasteie-se, em nome da democracia com a bandeira auriverde do Brasil regenerado, a bandeira das grandes reformas, e, como iniciação dessa era nova de grandeza e prosperidade, peça-se a verdade do regime representativo pela abolição do *poder moderador*, esse dragão vermelho do Apocalipse que enrola na cauda fais-



cante de estrelas os outros poderes, enquanto com a boca hante ameaça devorar a soberania do povo.

#### IV

Destruindo-se o poder moderador, a democracia marchará a passos largos e o caminho das reformas abrir-se-á diante dela.

Em primeiro lugar a eleição direta, esse meio pronto de manifestação da vontade popular, essa purificação da representação pública, que investindo o povo do direito imediato do sufrágio, que é um direito seu imprescindível, habilita-o para os grandes atos da vida pública, dá-lhe a iniciação nos segredos de seus interesses reais, uma recompensa para premiar os seus mandatários zelosos, e uma pena para punir os seus mandatários perjuros.

A eleição direta é o povo governando-se a si mesmo, sentando-se à mesa do banquete da igualdade, carregando com a responsabilidade de seus destinos, independente, forte barreira inacessível à corrupção do dinheiro ou ao terror das baionetas vendidas.

O sufrágio universal é a medida que o patriotismo reclama. O povo não é nenhuma criança, nem nenhum louco: não precisa da tutela dos eleitores, do cadinho dos graus da eleição indireta para exprimir seu pensamento.

Corajoso e livre, ele escolherá seus representantes por si mesmo e suas urnas falarão com a linguagem do patriotismo.

A liberdade de cultos, pede-se também.

Pois como no século dezanove desenterrando-se o fanatismo da inquisição degrada-se dos direitos políticos os que têm a infelicidade de não acreditar no pecado original ou na presença real da Eucaristia?! Pois como nasceu o cristianismo senão pedindo a liberdade de cultos, e responsabilizando perante os céus os que derramavam o sangue inocente dos mártires?

Fênix eterna, não foi nas fogueiras que ele ressurgiu das cinzas — e como hoje quer atear as mesmas labaredas?

Não, não se diga mais que no Brasil a liberdade de cultos, consequência lógica da liberdade de consciência, é um princípio condenado. Não se veja mais nos nossos ares vapores, apagados é certo, porém visíveis, do fumo que enrolou

João Huss, nem se escute o eco do tinir dos ferros que arrastou Galileu.

Acabe-se com a superstição, que mana — dos conventos; proclame-se o regime radical da liberdade, porque assim o Brasil não será uma exceção na América, um borrão na lista dos povos que Deus talhou para o domínio dos séculos.

Foi com a liberdade de cultos, dissemo-lo um dia, que o cristianismo desabrochou e estendeu suas ramas pelo universo; só com a liberdade de cultos o cristianismo poderá afrontar as ondas que a indiferença e a incredulidade do século arrojам contra seus dogmas fundamentais; não será impondo silêncio às consciências que duvidam, mas iluminando-as com a dupla luz da razão e da fé que ele poderá ver renovadas as vitórias brilhantes, outrora obtidas pelo sangue fecundo dos seus mártires.

Apontamos as reformas urgentes: vem em terceiro lugar a temporariedade do Senado. A necessidade de uma segunda câmara é um princípio de direito constitucional que deve passar por axioma.

As ondas populares são volúveis como as mesmas ondas, e por isso a idéia de hoje é a bagagem inútil de amanhã; o ídolo, a imagem de um dia é a lenha, o carvão do dia seguinte.

Parece que enquanto não são batizados nas águas da democracia, os povos são rudes Sicambros, que queimam um dia o que adoraram de véspera, ou Abissínios que apedrejam sempre no ocaso o sol, que adorarão envolto nas fachas da aurora.

Ora essa volubilidade reflete na câmara; filha do povo, como a imagem no espelho.

Mas essa segunda câmara necessária para conter a ditadura, refrear os ímpetos da primeira, não deve ser um elemento, aristocrático, uma oligarquia permanente.

Na Inglaterra, a câmara alta — foco dos interesses da nobreza da ilha, é uma instituição cujo valor moral a realeza aniquila pela instituição ilimitada de novos pares, ainda que os usos de muitos séculos tenham feito dela o depósito das tradições inglesas — a guarda avançada da prerrogativa real —, a atalaia da monarquia.



Mas uma instituição tal só é possível na Inglaterra, onde no dizer de Sismonde de Sismondi, quando a nação tem pesado todas as razões, todos os direitos, tudo o que ela quer é lei da Inglaterra.

Nos Estados Unidos a segunda câmara mantenedora do laço federal é temporária e renova-se por um terço de dois em dois anos. Eleito por um poder independente, o Senado só dá contas ao povo. Marco levantado no meio do país, ele é, como a pedra negra da união dos filhos de Ismael, a cadeia que une e aperta todos os estados e tem toda a virilidade do povo americano, do povo do qual saiu, no qual se renova, e com cuja liberdade e cuja bandeira somente há de succumbir.

No nosso país dois elementos viciam a organização do Senado: a escolha imperial que afeta sua origem; a vitaliciedade que deturpa a essência da instituição.

A escolha imperial é uma restrição no direito do sufrágio que é do povo. A vitaliciedade é a organização da oligarquia. Independentes do povo, os senadores voltar-se-ão para adorar a face do trono e beijar as fímbrias do manto que pode sacudir sobre eles a poeira dourada das graças.

Assim aniquilado o princípio da representação, o Senado não sai do povo, não representa o povo; é apenas uma fantasmagoria aristocrática na terra americana.

A abolição da Guarda Nacional é uma medida urgente! Farda Augusta — que te podias ilustrar na defesa da liberdade, como a dos soldados de Lafayette —, e que te amesquinhas ao serviço dos áulicos —, não podes cobrir os ombros do patriota, porque puseram por prêmio às tuas dragonas somente descansarem nos ombros dos escravos.

Há por aí muito cidadão que protesta; muito que depõe no altar da pátria a oferenda de sua espada e de seu sangue: nos campos do sul a Guarda Nacional tem feito prodígios de bravura, tem-se batido como uma raça de leões.

Mas — exceções feitas — no interior, nas províncias, ela é o braço direito da oligarquia — e essa milícia criada para a defesa da liberdade é que forma às portas das igrejas as alas por que desfila o préstimo dos funerais da pátria.

Por último resta o elemento servil. Oh como nos cobre as faces a vergonha ao atentar para essa instituição! Que horrores que ela encerra; como é bárbaro ver-se o homem dominando o homem, não pela razão mas pelo açoite, ver-se a humanidade partilhada em duas raças — senhores e escravos — quando o sangue divino parecia ter apaga-

do a diferença das cores — e promulgado a fraternidade, jorrando dos pés da Cruz.

Mancha negra — que anuvia o sol de nossas grandezas; sombra funesta que senta-se à mesa de nossos convívios para repetir os gemidos de uma raça de irmãos; crepe, que vela a bandeira; sangue que tingem o arminho puro de nossas esperanças, a escravidão é impossível com o cristianismo, com o sol da América, com a democracia.

Quebrem-se essas cadeias que ligam milhões de nomenes ao carro triunfal dos filhos da fortuna; liberte-se a carne desse imposto cruel; vingue-se a dignidade ofendida dos que regam noite e dia com o suor de suas fronteiras o chão de uma terra ingrata — seu berço, sua sepultura, mas que não sabe ser sua pátria.

Acabe-se com a escravidão, antes que imbedidos pela lei da natureza esses escravos levantem-se e falem; caminhem e quebrem os ferros; lembrem-se de que são tão livres, como o vento dos oceanos, como o leão indomito do Saara.

Essas lágrimas que eles derramam, esse sangue que eles vertem das carnes maceradas pelo chicote, um dia clamarão vingança, um dia reclamarão direitos. A lembrança do passado, do que sofreram seus pais, do que sofreram suas mães, a vista dos ossos insepultos de seus maiores, as vozes da alma dar-lhe-ão forças para erguer a cabeça, para pedir o batismo da igualdade.

Sim, o anjo de Deus já meteu a foice na seara dos homens, já vindimou a vinha da terra e lançou a vindima no grande lagar da ira de Deus — di-lo a Bíblia. O sangue do lagar subiu até chegar aos freios dos cavalos por espaço de mil e seiscentos estádios.

É a profecia de hoje. As ânforas da terra já não podem conter o sangue inocente derramado.

Com este programa o grande partido serve à causa de uma sociedade.

Forte pela aura da popularidade grande pelo esplendor de suas idéias, o Partido Liberal prófugo na terra acha sempre um Patmos misterioso para escrever o seu grande Evangelho.

Como o vento que ruge nas arestas do cedro sem vergá-lo, as vicissitudes mundanas passam sem destruí-las por sobre as idéias liberais. O sangue de nossos pais fertilizou o chão da pátria. A colheita do futuro é nossa. As aves de rapina tudo podem arrebatá-nos, menos os grandes tesou-

ros ocultos no seio da terra como as grandes idéias no segredo do porvir.

Tenhamos a esperança — esse presente desconhecido do céu não desbaratemo-lo.

O Partido Liberal aí está no seu posto; e a bandeira do radicalismo, hasteada à frente da cruzada dos moços, é quem acena ao Brasil com as primícias da felicidade e com o CÉU TERRENO, na frase do Grande Épico.

Seu evangelho está escrito — e a águia de Patmos deve estendê-lo sobre o povo — como o livro da vida, a Bíblia do progresso, a lei que Deus traçou no Sinai para guiar o Brasil na longa peregrinação do deserto, em que já alvejam as ossadas de tantos mártires sem nome.

## V

D. Pedro I, cujo reinado tem funestas coincidências com o segundo, aparece na história como um rei cheio de grandes virtudes e de grandes defeitos — como um Jano mítico — do qual uma das fontes está voltada para a liberdade e outra para o despotismo.

Um dia, vendo ao longe Portugal decrépito, cujo trono era apenas o escabelo do governo inglês, cujas glórias ocultavam-se no horizonte do mar que tinha engolido as quinas das naus do Gama e de Albuquerque, e cuja memória parecia apenas cingida dos louros do passado nas folhas desse último monumento da grandeza lusitana — , que se chama *Os Lusíadas*; e vendo de outro lado, aos seus pés, o coração de uma terra virgem, talhada na oficina de Deus para dominar os mundos, ele entendeu que o trono do Brasil era um melhor trono que o da metrópole, e que suas virtudes heróicas se encheriam de novo brilho ao enflorar o berço de sua dinastia nos louros virentes da independência de um povo.

Ele que havia escrito a 4 de abril com o sangue de suas veias o juramento de fidelidade ao trono de seu pai; ele que havia assistido impassível ao suplício do Campo da Pólvora e às hecatombes da alçada de Pernambuco; ele que havia metralhado em 20 de abril os eleitores reunidos na praça do Comércio; ele que em 14 de dezembro estava disposto a obedecer e a partir — em 9 de janeiro de 1822 —, diz o *Fico*, e em 7 de setembro solta o grito de *independência ou morte*.

Quem foi que decidiu o ânimo vacilante do príncipe? Quem foi que insuflou-lhe essa tenacidade, que ele não tinha, para romper com as cortes? Quem foi o patriarca de nossa independência?

A gratidão nacional adivinha o seu nome e repete-o: *José Bonifácio de Andrada e Silva*.

José Bonifácio, o ministro do príncipe regente o vice-presidente da junta provincial de São Paulo, José Bonifácio foi a alma desse movimento espontâneo que achou um eco prolongado no sentimento do povo, que acordava para a liberdade.

O poder executivo, convocada uma Constituinte, ficou entre as mãos do homem que chamamos *Defensor Perpétuo do Brasil!*

Este título, único nos anais da monarquia, é uma bafulação inaudita. Fazer-se um homem defensor de um povo não é sonhar-se o mito do Atlante a suspender o mundo? Não: o Brasil defende-se por si... somos nós, os cidadãos, que defendemos a terra da pátria. Temos um exército — que morre pelo estandarte; temos o povo que tem toda a largura do seu grande peito — para defender o precioso depósito de sua independência e de sua honra. Não: o Brasil defende-se por si. Seu braço sabe tirar uma espada; seu coração sabe sentir a justiça. Cercado do direito e da força, duas auréolas, ele nada receia e dorme tranqüilo à sombra de sua grande bandeira.

Reunida a Constituinte, depois que essa grande sinagoga dos mandatários do povo fez a Constituição liberal, que apresentou Antonio Carlos, depois que essa Assembléia, única no Brasil, mostrou-se à altura de sua grande missão — cheia de patriotismo e de coragem — D. Pedro dissolveu-a... dissolveu-a a 12 de novembro à força de baioneta.

O santuário em que se asilava a representação da pátria foi violado: a tribuna em que ressoara a voz de Antonio Carlos, esse *vingador da dignidade do Brasil*, foi partida em pedacos; o povo foi esmagado em seus eleitos e o trono de Pedro I firmou-se sobre a rocha inabalável. A artilharia anunciou a vitória do despotismo; e o povo mudo, como a deusa da vingança, viu partirem para o exílio os Andadas, esses novos Gracos da Roma prostituída.

Lá se foram. As margens transatlânticas sentaram-se eles, viajores cansados, para chorar as desgraças de Sião, como Jeremias no exílio. Lá se foram. O coração da pátria sangrou aberto pelo estilete do rei; a ardentia que rasgou



no mar o barco, gôndola funérea, que levava os filhos do povo para as terras longínquas do desterro, falou deles à pátria, que os via afundando-se nas sombras do poente, como o sol desfeito de suas esperanças.

O trono de D. Pedro, que a ingratição degradou aos olhos do mundo, perdeu a popularidade, único broquel dos reis; e as lágrimas dos Andradas coaram gota a gota na consciência pública indignada.

Quando, anos depois, com a fronte curvada ao peso dos sofrimentos, eles voltaram ao seio desse torrão, banhado pelo sangue dos mártires e que eles acreditavam próspero na liberdade, não viram senão ruínas, e sentaram-se tristes, como Mário, nos lugares onde tinha existido Cartago.

Depois os erros do primeiro reinado continuarão, como a ceifa de desgraças

As despesas de quase um século feitas pela metrópole foram pagas por nós; os gastos da guerra contra a nossa independência foram indenizados pelo Brasil, que comprometeu o seu crédito com um empréstimo de 2.000,00 de libras esterlinas para pagar a sua emancipação, como se nós fôssemos escravos que só pudessem ter a alforria, comprando a peso de ouro a seu senhor avarento a carta de liberdade.

Insulto feito ao grito de Ipiranga, ao sangue do povo derramado em Pirajá e nas carnificinas do Norte!

Assinou-se o tratado de 29 de agosto de 1820, página negra no livro de nossa diplomacia, somente semelhante ao *bil de Aberdeen*, essas duas abdições da honra brasileira.

Nesse tratado (Art. 1º) S. M. F. cedia a soberan'a deste império ao Senhor D. Pedro I, que aceitando-a mostrava acreditar que a soberania não é um direito imprescritível e inalienável do povo, mas um direito divino dos reis, que o transmitem como legítimo domínio.

O pergaminho desse tratado indigno firmado pelos ministros Carvalho e Mello, B. de Santo Amaro, e Villela Barbosa, é um pergaminho que é uma nódoa na História do Brasil e que mostra bem que Pedro I, no trono deste país, era apenas o herdeiro dos preconceitos de seu pai, o restaurador de sua política, o homem que tinha sempre os olhos cravados na metrópole, por cujo interesse comprometeu sempre a honra de sua pátria adotiva.

Depois veio a guerra do Sul, essa guerra que só tem paralelo na atual, que nos deu por único proveito a desilusão do sonhado domínio no Prata.

Começaça para reduzir a provincia nossa esse Estado Oriental, que, por seu entusiasmo republicano, seus ódios de raça, sua autonomia de lingua e de costumes, por todos os seus interesses, não podia pertencer-nos; essa guerra arrastou-se sempre fatídica, cheia de reveses.

A quase derrota da nossa esquadra em *la Enseñada*, a horrível surpresa de 11 de abril, em que Lobo perdeu-se com 15 navios no estratagema do almirante Brown, a derrota de 10 de fevereiro junto à ilha Martim Garcia, em que de 19 navios só escaparam três, foram as conseqüências funestas desse passo precipitado para a nossa brilhante e inexcedível armada.

A viagem de Pedro I ao Sul não aumentou os esforços do patriotismo e essa viagem sem conseqüências felizes foi terminada pelo desgraçado successo que roubou ao país a infeliz e resignada imperatriz Leopoldina.

O comando de Laguna, Fábio segundo, seguido do de Barbacena, o desgraçado herói da tragédia de 20 de fevereiro, mostra como a cobardia, que põe a prêmio cabeças notáveis pode succeder a inéncia que compromete a sorte das batalhas.

O Sr. Marquês de Caxias é ao mesmo tempo Laguna e Barbacena. Laguna pondo a prêmio a cabeça de Lavalleja e de Frutuoso Rivera, Laguna chamado Fábio, que é senão o Sr. Caxias demorando por largos anos a sorte de uma batalha decisiva? O Marquês de Caxias mandando Osório sair de Humaitá a 16 de julho, esterilizando o sangue brasileiro derramado pelos heróis, que é senão Barbacena perdendo Ituzaingo como já se disse muitas vezes?!

A guerra de 1824 é a de 1866: mesmos episódios, mesmos reveses, mesmos generais, mesmos tratados, e por último — há de ver-se em breve — o mesmo fim — a paz.

O tratado de 27 de agosto de 1828 é o desenlace triste e sombrio desse drama lúgubre, em que nenhum desses feitos gloriosos, que recompensam grandes sacrificios que consolam de grandes perdas, veio serenar a consciência opressa do país.

Um empréstimo no valor perto de 800.000 libras, fora a grande dívida interna, rios de sangue brasileiro, um desenlace funesto, jornadas como as de Rodrigo Lobo e de Barbacena — tais foram os louros que cingiram a fronte do Senhor Dom Pedro I.

Por último o despotismo do governo cansou o povo: a paciência deste foi se exaurindo e ele olhou para o trono.



Não era um povo livre, era um povo de escravos; não era uma nação independente, era um punhado de idiotas. O dia do Ipiranga era uma mentira.

Nunca o regime colonial apertara-lhe tanto o peito; nunca tão fortes cadeias roxearam-lhe os pulsos na noite do cativo da metrópole. Era preciso um segundo *Sete de Setembro*, uma outra independência.

Então o povo agitou-se. A serpente imensa sacudiu-se do Amazonas ao Prata e com os anéis da cauda enroscou esse trono orgulhoso.

Foi o Sete de Abril — a epopéia do nosso patriotismo, o poema à liberdade cantado ao ar das praças pela alma jovem da América.

Dom Pedro I foi julgado. Depois desse dia começou sua vida na Europa — e o trono constitucional de D. Maria II erguido pela dedicação e pela bravura de Pedro II é a obra — que rodeará seu nome de prestígio aos olhos da posteridade.

Nós o julgamos. O povo condenou seu reinado e saudou o alvorecer de uma era nova:

Compatriotas!, (diziam Caravelas Vergueiro e Francisco de Lima). Está ultimado o primeiro e mais perigoso período de nossa tão necessária como gloriosa revolução. O Brasil hoje livre vai mostrar o que é muito diferente do que parecia ser. A lei começa a reinar entre nós... somos livres.

Depois esse rei sentenciado teve um bronze na praça pública. Ergueram sua estátua e gravaram nela um voto de gratidão nacional. A corte quis apagar da história o *Sete de Abril*.

Enquanto Tiradentes descansa esquecido na paz do túmulo, sem que o povo se lembre de que a liberdade saiu do seu sangue; enquanto os mártires de 1817 têm seus ossos insepultos e dormem deslembrados do povo — eles que morreram por ele; enquanto José Bonifácio jaz obscuro e escondido em uma cova de convento, sem que uma só letra diga ao caminhante: "*Aqui jaz o patriarca da independência do Brasil.*" Pedro I, esse rei infeliz que comprometeu nosso futuro, que foi condenado pela nação, tem para perpetuar sua memória um bronze imenso, uma estátua, que a tirania plantou como um desafio à cólera do povo.

As estátuas que se levantam aos heróis, aos pais da pátria, essas podem simbolizar o reconhecimento nacional. Esse bronze é uma estrofe ardente de esperança, é uma ode fervorosa de entusiasmo.

Mas as estátuas que a corte ergue para o orgulho dos reis, o povo não as respeita porque elas o aniquilam, porque elas o esmagam, como as pedras os ombros dos Israelitas, que amassavam com seu suor e seu sangue o cimento dos túmulos dos Faraóis.

Na terra em que se deu martírio glorioso,  
E aos raios dessa luz por fim se libertou...  
Surgir um dia deve um vulto portentoso...  
Mas esse... é um bronze vil que a corte levantou!

A estátua de Pedro I erguida na Praça da Constituição é como esse monumento de Tibério — de que fala Tácito — cuja vista enchia o povo de mais dor e de mais cólera do que o tinham feito suas feridas, a carnificina de seus irmãos, a ruína de sua pátria.

Tal é o julgamento da história sobre o primeiro reinado. Semelhante ao segundo em seus desacertos e em seus reveses, ele é uma fonte de grandes lições para os que governam, e ensina-lhes, entre os conselhos sábios que lhes dá, que o trono só pode viver tranqüilo — sendo amparado pelo reconhecimento do povo.

## VI

Vamos escrever um breve epílogo para essas páginas em que nossa alma derramou a opressão que a amargurava, e respirou pela última válvula que lhe deixaram para viver, a *liberdade da imprensa*.

Agora mesmo troa o canhão anunciando a vitória regada em sangue que tiveram no Sul. Lomas Valentinas caíram em nosso poder.

Salve, gênio propício que diriges do céu a marcha das nossas águias pelo caminho da felicidade e da honra: tu que tens compaixão do sangue brasileiro és o fanal que alumina o soldado na treva espessa da fumaça: só tu Providência, amparaste a nossa fortuna e por milagre teu serviste de guia a multidão acéfala, conduzida para as grandes jornadas da morte.

O exército avançou a tomar à ponta de baioneta as trincheiras inimigas onde a bandeira paraguaia tremulava ao vento como que rindo da loucura dessa falange nova de heróis.

A muralha de pedra guarnecida da artilharia fazia frente a grande muralha dos peitos brasileiros, alentada somente desse valor antigo que vale mais do que a própria força das armas: a cada tiro nosso eram pedras que rolavam lá, a cada raio deles eram membros despedaçados que voavam como que inflamando os corações ardentes de patriotismo com a sede da vingança. Eles combatiam por detrás da areia, dos pára-peitos, das trincheiras, os nossos à boca dos canhões, olhando só para a bandeira que estava à frente, e fazendo degraus para alcançá-la dos cadáveres amontoados de seus irmãos de glória.

Mas vencemos.

Paz no céu para esses mártires da pátria; paz no túmulo dessas inóspitas paragens para essas vítimas augustas imoladas no altar da vingança nacional. Cubra-lhes o sepulcro a bandeira brasileira: foi por ela que eles pelejaram, foi por ela que eles foram heróis, foi por ela que eles morreram. Desdobrai-a em sua campa porque sempre que açoitada pelo vento ela dobrar-se sobre a laje fria seus ossos estremecerão alegres.

Agora a batalha vem travar-se no coração da pátria. Ainda há outra vítima, além do Paraguai, é o Partido Liberal. Títo infeliz, suas entranhas devora-as o abutre sempre que elas renascem: elas não podem conceber, não podem gerar, porque pregaram-no no Tártaro a esse suplício torpe, de que o povo o livrará um dia.

E no entretanto... só ele é grande porque está proscrito e tem agasalho no seio do povo... era um cordeiro que tinham abrandado com a domesticidade da corte... o que não dirão quando o virem, mais terrível que o jaguar índico, levantar a garra para defender o depósito da liberdade, hoje escondido nas grutas do deserto?

A luz do céu não morre, como o clarão pálido da cadeia debaixo das asas do morcego — ou ao sopro do vampiro.

Para apagá-la era preciso que Deus rolasse os astrôs em cuja frente acendeu-a como a chama da vida.

Como querem pois esses farsantes soprar sobre a labareda eterna, esquecidos de que a cada anelito a chama crepitará mais viva e abrasará — levada pelo pampeiro — os últimos esteios da realeza e do despotismo?!

A monarquia vai se estagnando: as molas enferrujadas não deixarão seu carro avançar pelo caminho do progresso. A Espanha aí está, exemplo vivo de que a lei do progresso é uma fatalidade.

Entre nós a realza vive desamparada, descoberta: os que dela se aproximam perdem alguma cousa da altivez com que entraram na sala do trono e ganharam em troca certa maleabilidade desesperadora para os que ainda têm fé nos homens. Ao vê-los unidos rei, ministros, parlamento o povo eleva as mãos para adorar a *feliz harmonia*. Mas... o abraço dos reis é como o do Deus Moloch... seus braços apertam misericordiosamente as vítimas, enquanto o fogo que lhe entumesce os músculos de bronze, seca-lhes as carnes do peito.

Houve tempos em que a realza identificou-se com os povos. Leônidas cumprindo nas Termópilas as ordens de Esparta; Isabel fundando em Granada a monarquia espanhola e mandando Colombo a busca das ilhas do Ocidente; Afonso Henriques selando nos campos de Ourique o berço da grandeza lusitana, João I reconquistando Portugal das mãos da Ibéria; Carlos V estendendo os limites de seu reino tão longe que para percorrê-lo o Sol ia do Oriente ao ocaso, e tantos outros exemplos de abnegação e de heroísmo reais são glórias que refletem nos braços dos povos.

Mas a Atenas de Milcíades e de Péricles de Solon e de Temístocles, de Sócrates e de Demóstenes não curvou os joelhos diante de um trono, que tê-la-ia, talvez, atirado como presa a vergasta com que Xerxes açoitou o Helesponto.

Mas a Roma de Bruto e de Camilo, de Cipião e de Tibério Graco, de Catilina e de Spartacus não deitou-se à sombra de uma púrpura que talvez, a tivesse envolvido para atirá-la aos pés de Aníbal ou de Jugurta ou para vendê-la ao ouro de Mitridates.

Mas Veneza — a orgulhosa república da Idade Média, enquanto escrevia aos pés do leão de S. Marcos as façanhas de suas galeras invencíveis, não sonhava em um trono que talvez só se erguesse para afundá-la no mar que lhe murmurava aos pés... os cânticos de seu noivado.

A França quando foi livre — curto intervalo entre o domínio dos reis e o império, com a mão que ergueu o cadafalso de Luiz XVI, mandou os soldados para as vitórias de Valmy e de Jemmapes, levantou esses exércitos grandes que em Arcole e Lodi, em Essling e nas Pirâmides formaram a linha além da qual agitava-se a hidra do despotismo com as



sete cabeças — da Rússia, da Inglaterra, da Prússia, da Austria da Espanha, de Portugal e de Nápoles — até que um dia Bonaparte com o mesmo sopro, com que deu-lhe a glória, apagou-lhe a liberdade.

Mas a América do Norte, quando quis libertar-se das cadeias da opressão, fundou a liberdade estável. Não dourou uma cadeira e disse: és meu trono; não alongou um punhal e disse: és meu cetro; não tingiu em sangue um arminho e disse: és minha púrpura; mas de pé diante da Europa, apoiou um braço na frente das Montanhas Rochosas, cingiu o diadema de neve e de estrelas, mergulhou os pés nas águas torvas do Oceano e disse: *Agora ataquem-me as realezas do mundo.*

A história ali está cheia de grandes exemplos... a democracia pura nela aparece com um préstito longo de vitórias e de virtudes. A realeza, comprometida nos excessos inúmeros de seus representantes, precisa entre nós de reabilitar-se: só na Inglaterra ela é fecunda.

Aqui estamos sob a influência de uma crise que deve resolver-se. A prolongação desse estado indefinido de cousas é um impossível em face da história, em face da lei do progresso, em face do brio nacional. Não duvidemos. A ampulheta está coando os últimos grãos de areia — e um sussuro nos diz aos ouvidos atentos que o anjo do Senhor vai gravar em fogo diante do povo a profecia e a lei do dia de amanhã.

É bom presságio a vitória do Sul. Regada no sangue desses quinze mil irmãos em patriotismo e em bravura, nessas jornadas que foram o sublime do heroísmo — como Riachuelo foi o sublime da loucura — a bandeira envolta em ondas de luz ao entrar no solo da pátria talvez deixe cair de suas dobras a felicidade e a liberdade compradas pelo sangue dos brasileiros.

Só assim se pode aplaudir o triunfo; só assim ele não significa uma inútil e horrível carnificina; só assim ele não é um estelionato!

Vós que fostes quebrar as cadeias do Paraguai... ouvi... escutai o vento dos pampas que vos leva o tinir das gargalheiras da pátria. Vós que fostes derramar vosso sangue no altar da regeneração desse povo heróico — olhai atrás de vós, adiante de vós, em torno de vós — a imagem desolada do Brasil, encarcerado, asfixiado, pedindo um pouco de ar para respirar, um pouco de liberdade para viver. Olhai para o berço de vossos filhos, para o túmulo de vos-

soz pais, para o que é vosso — vossa terra — vossa pátria... Será ela por acaso a amaldiçoada Sodoma, que não possais avistar por detrás das costas — com medo de vos tornardes em estátuas de sal?

A esperança nossa vive em vós... no vosso sangue... na vitória final e sobretudo na espada desse Espartero, pela popularidade e pelo valor, que vistes sempre à vossa frente... cujos louros talhou ele mesmo na messe das glórias do Brasil... vulto radiante de heroísmo... leão na bravura... primeiro na luta, primeiro na vitória... que só recuou uma vez, em 16 de julho, no dia de sua maior glória, depois de ter jogado mil vezes a vida nos baluartes inimigos... esse soldado enfim que só tem um nome para o Brasil e para a posteridade: Osório.

Hoje que o Paraguai está talado a ferro e fogo... reduzido a ruínas... fazendo-nos a guerra dos Seitas... abrindo-nos o deserto... como as fauces das estepes da Ásia... até que afinal algum novo incêndio de Moscou alumie atrás das Cordilheiras o último ninho dessa raça prófuga de seus lares —, hoje devemos pensar em fundar a liberdade durável, permanente.

Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância.

Para isso fale o povo... aí está a imprensa; para isso o povo aprenda... aí está a escola; para isso o povo queira... aí está a praça.

A escola inicia os que não vêem... a imprensa convince os que não ouvem... a praça arrasta os que não querem. A escola é o povo infante; a imprensa é o povo-homem; a praça é o povo-rei.

Não falamos da revolução: a revolução é o transbordamento da lava. Basta que se a aviste na cratera... para ela não ser mais precisa. Basta que se saiba que o povo quer... não é preciso que se diga que o povo pode. Do lado dele está a força... a força que está nas ondas, que está nos ventos, que está nas lavas, que está na tromba... que está na tempestade, — a força física. Do lado dele está a força... a força que está na verdade... que está na liberdade... que está em Deus... a soberania.

Os tiranos algemam... corrompem, dominam. Estragam — não destroem, porque a consciência dos direitos e dos deveres pode encobrir-se na alma dos povos — como o sol por detrás das nuvens, mas não pode apagar-se porque



é eterna como o esplendor desse sol. Pode encerrar a tábua — como na imagem de Platão —, não podem apagar-lhe os caracteres que hão de reviver. O povo há de ser sempre grande... sempre livre... O cativo é um eclipse... é o domínio da sombra que é instantâneo, porque só é eterno o domínio da luz.

Falar pois é dever dos que crêem, dos que esperam, dos que amam: dos que crêem, porque a crença impõe-lhes o dever e o sacrifício de ser externada, porque escondê-la é renegá-la, ter medo dela é ser apóstata; dos que esperam, porque é elevar a alma do povo à altura da própria alma des-tendida pela esperança, é acenar a moribundo com a vida; dos que amam, porque essa verdade é um doce reflexo que cai sobre a cabeça dos que padecem, temperando as agonias do cativo com a consolação de sua força inelutável.

Por tribuna temos a imprensa, por ouvintes, para essa catequese nova, temos o povo todo... Polônia deitada no imenso sepulcro, cuja mortalha não é senão a túnica da transfiguração do Tabor.

E tu, filha dileta do céu, que Deus tirou das ondas para tenda dos povos eleitos; tu, continente abrolhado das águas para seres o sólio das transformações das raças antigas; tu mundo novo, encoberto no Ocidente e cujos véus Colombo rasgou para desvendar aos olhos do mundo velho os segredos de tua virgindade e de tua grandeza; pátria de Washington e de Tiradentes, de Franklin e de Bolívar, de Lincoln e de Juárez; terra amada, berço dos heróis, cande o cativo — esse gelo das almas — funde-se a um raio de luz, onde a liberdade nasceu com o sol para com ele apagar-se; tu que tens nos rugidos do oceano, nas lavas de teus vulcões, nas águas de teus rios, promessas divinas de que dominarás nos séculos; América, porque não eriças o dorso de tuas vagas, não encrespas as ondas de teus rios não eclipsas a luz de teu sol, não acendes os fogos de tuas crateras, não ameaças sumir-te no oceano que foi teu berço e que único pode ser teu túmulo... para ensinares ao povo os seus destinos, para mostrares aos reis que Deus só talhou duas leis para te governarem — uma que ele banhou no sangue do Calvário — outra que surgiu das cinzas dos mártires, como a Fênix:

## O CRISTIANISMO E A DEMOCRACIA